

**DA EDUCAÇÃO FEMININA
NO SÉCULO XIX À
IGUALDADE DE GÊNERO
NA EDUCAÇÃO
CONTEMPORÂNEA:
CONTRIBUIÇÕES DO
JORNAL DAS SENHORAS
(1852-1855) PARA O DEBATE
EDUCACIONAL BRASILEIRO**

**FROM 19TH-CENTURY WOMEN'S EDUCATION TO GENDER EQUALITY IN
CONTEMPORARY EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF *JORNAL DAS
SENHORAS* (1852-1855) TO THE BRAZILIAN EDUCATIONAL DEBATE**

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 25/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/790301291](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/790301291)

Gabriela Corrêa Fregona¹

Rafaela Corrêa Fregona²

Andréa Scopel Piol³

Luciane Martins de Oliveira Matos⁴

RESUMO

Este artigo analisa a trajetória da educação feminina no Brasil a partir da atuação do *Jornal das Senhoras (1852-1855)* (1852-1855), primeiro periódico brasileiro dirigido por uma mulher, Joana Paula Manso de Noronha, estabelecendo um diálogo entre as reivindicações educacionais do século XIX e os princípios que orientam a educação brasileira contemporânea. A pesquisa tem como objetivo compreender de que modo a defesa da instrução feminina veiculada pelo periódico contribui para a reflexão acerca do direito à educação, da igualdade de oportunidades e da formação cidadã, estabelecendo diálogos com princípios que fundamentam as políticas educacionais contemporâneas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de edições digitalizadas do *Jornal das Senhoras (1852-1855)* e em referenciais teóricos da História da Educação e dos estudos sobre a condição feminina, dialogando com autoras como Mary Del Priore, Michelle Perrot e Heleieth Saffiotti, além de documentos normativos da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Os resultados evidenciam que o periódico desempenhou papel relevante na valorização da educação feminina como instrumento de emancipação intelectual e participação social, antecipando discussões que permanecem atuais no contexto educacional brasileiro. Conclui-se que a defesa da educação das mulheres promovida pelo *Jornal das Senhoras (1852-1855)* constitui um importante marco histórico para a compreensão das lutas pela democratização do ensino, pela igualdade de gênero e pela construção de uma educação comprometida com a cidadania, a equidade e os direitos humanos.

Palavras-chave: história da educação; educação feminina; igualdade de gênero; *Jornal das Senhoras (1852-1855)*.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of women's education in Brazil through the work of *Jornal das Senhoras* (1852–1855) -the first Brazilian periodical edited by a woman, Joana Paula Manso de Noronha - by establishing a dialogue between 19th-century educational demands and the principles guiding contemporary Brazilian education. The research aims to understand how the advocacy for women's education promoted by the newspaper contributes to reflections on the right to education, equal opportunities, and civic formation, linking these ideas to the foundations of contemporary educational policies. This is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, involving the analysis of digitized editions of *Jornal das Senhoras* (1852–1855) and theoretical frameworks from the history of education and women's studies. It engages with authors such as Mary Del Priore, Michelle Perrot, and Heleieth Saffiotti, as well as key Brazilian educational documents, including the Law of Directives and Bases of National Education (LDB), the National Common Curricular Base (BNCC). The results demonstrate that the periodical played a significant role in valuing women's education as a tool for intellectual emancipation and social participation, anticipating a discussion that remains relevant in the Brazilian educational context. The study concludes that the advocacy for women's education championed by *Jornal das Senhoras* (1852–1855) represents a crucial historical milestone for understanding the struggles for the democratization of education, gender equality, and the development of an educational system committed to citizenship, equity, and human rights.

Keywords: history of education; women's education; gender equality; *Jornal das Senhoras*.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação constitui um direito fundamental e um dos principais instrumentos para a promoção da cidadania, da justiça social e da igualdade de oportunidades. No contexto da educação brasileira contemporânea, documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), a Base comum curricular (BNCC, 2017) reafirmam o compromisso da escola com a formação integral dos estudantes, o respeito aos direitos humanos e a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. Entretanto, compreender esses princípios exige conhecer os processos históricos que marcaram a conquista do direito à educação por diferentes grupos sociais, especialmente pelas mulheres.

Segundo Portela (2017), ao longo do século XIX, a educação feminina no Brasil foi marcada por profundas desigualdades sociais, políticas e culturais. Inseridas em uma sociedade patriarcal, as mulheres tinham acesso limitado à escolarização, sendo educadas predominantemente para o exercício das funções domésticas e para a vida familiar. Nesse cenário, surgiram iniciativas que passaram a questionar essa realidade e defender a ampliação do acesso das mulheres ao conhecimento como condição essencial para sua participação na vida social e intelectual.

Entre essas iniciativas, destaca-se o *Jornal das Senhoras*, fundado em 1852, no Rio de Janeiro, pela escritora e educadora argentina Joana Paula Manso de Noronha, considerado o primeiro periódico brasileiro dirigido por uma mulher. O periódico, publicado semanalmente aos domingos e em circulação até 1855, destinava-se ao público feminino e tinha como principal objetivo contribuir para a

ilustração, a educação e a emancipação moral das mulheres, defendendo o melhoramento de sua condição na sociedade. Suas páginas abordavam temas como literatura, belas-artes, teatro, crítica, moda e educação, procurando ampliar o acesso das mulheres ao conhecimento e estimular sua participação na vida social.

Mais do que um veículo de comunicação, o jornal constituiu um espaço de produção e circulação de ideias voltadas à valorização da educação feminina, ao incentivo da autonomia intelectual e à defesa da participação das mulheres na sociedade. Embora inserido em um contexto histórico específico, muitos dos debates promovidos pelo periódico dialogam com princípios que orientam a educação brasileira contemporânea, especialmente aqueles relacionados à igualdade de oportunidades, à formação cidadã e ao direito à educação.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar as contribuições do *Jornal das Senhoras (1852-1855)* para a valorização da educação feminina no século XIX e compreender como suas ideias permanecem relevantes para o debate educacional brasileiro contemporâneo. Busca-se ainda, estabelecer relações entre as reivindicações presentes no periódico e os princípios expressos na LDB, na BNCC e no Plano Nacional de Educação (2026-2036), evidenciando a importância da História da Educação para a compreensão dos desafios atuais relacionados à igualdade de gênero no ambiente escolar.

Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada na análise de edições digitalizadas do *Jornal das Senhoras (1852-1855)* (1852-1855) e em referenciais teóricos da História da Educação e dos estudos sobre a

condição feminina, dialogando com autoras como Mary Del Priore, Michelle Perrot e Heleieth Saffiotti, além de documentos normativos da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Os dados produzidos dos periódicos foram organizados e analisados à luz da metodologia da Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2016), consiste em um conjunto de técnicas voltadas à interpretação objetiva e sistematizada dos conteúdos. Tal procedimento possibilitou identificar e analisar os aspectos fundamentais referentes à educação das mulheres, às desigualdades de gênero e às ideias sobre educação contidas nos periódicos analisados, possibilitando entender de que maneira esses relatos ajudaram a formar e a retratar a função da mulher na sociedade do Brasil.

2. A CONDIÇÃO FEMININA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Durante o período imperial, a sociedade brasileira era estruturada sob uma lógica patriarcal que estabelecia papéis sociais distintos para homens e mulheres, influenciando diretamente o acesso à educação e à participação na vida pública. Às mulheres eram atribuídas funções relacionadas ao ambiente doméstico, à maternidade e aos cuidados com a família, enquanto a atuação nos espaços políticos, científicos e intelectuais permanecia predominantemente masculina. Esse contexto contribuiu para a construção de profundas desigualdades educacionais, limitando as oportunidades de escolarização e de desenvolvimento intelectual da população feminina.

Segundo Del Priore (2019), a educação destinada às mulheres no século XIX tinha como principal finalidade prepará-las para o casamento e para a administração do lar. A instrução oferecida privilegia conteúdos voltados à formação moral, religiosa e às habilidades domésticas, restringindo o acesso a conhecimentos científicos, filosóficos e políticos. Dessa forma, a escolarização feminina era concebida como um complemento da educação familiar, e não como um direito capaz de promover autonomia intelectual ou participação social.

Essa realidade refletia uma concepção de educação baseada na manutenção das estruturas sociais vigentes. Conforme destaca Saffioti (1987), a divisão desigual entre homens e mulheres reforçava mecanismos de dominação masculina, restringindo o acesso feminino aos espaços de poder, à produção do conhecimento e às oportunidades de ascensão social. A limitação do acesso à educação contribuía para perpetuar relações de dependência e exclusão, tornando a escolarização um dos principais instrumentos de reprodução das desigualdades de gênero.

Sob a perspectiva da História da Educação, observa-se que as restrições impostas à instrução feminina dificultaram a consolidação de uma educação pautada nos princípios da igualdade e da cidadania. Embora algumas iniciativas de escolarização para meninas tenham surgido ao longo do século XIX, elas permaneceram limitadas em números e em abrangência, refletindo a crença de que o conhecimento mais aprofundado era um privilégio reservado aos homens. Nesse cenário, defender a ampliação do acesso das mulheres à educação significava questionar padrões sociais profundamente enraizados e reivindicar o reconhecimento da capacidade intelectual feminina.

As transformações sociais, políticas e culturais ocorridas durante o século XIX favoreceram o surgimento de novos espaços de debate acerca do papel da mulher na sociedade, especialmente por meio da imprensa. Foi nesse contexto que o *Jornal das Senhoras (1852-1855)*, fundado em 1852, por Joana Paula Manso de Noronha, consolidou-se como um importante veículo de divulgação de ideias voltadas à valorização da educação feminina. Ao defender o acesso das mulheres ao conhecimento, à leitura e à formação intelectual, o periódico contribuiu para ampliar o debate sobre o direito à educação e para fortalecer uma consciência crítica acerca das desigualdades de gênero.

Ainda que produzido em um contexto histórico distinto, o debate promovido pelo *Jornal das Senhoras (1852-1855)* aproxima-se de princípios que atualmente orientam a educação brasileira, como a igualdade de oportunidades, a valorização da cidadania e o direito de todos ao acesso ao conhecimento. Compreender essa trajetória histórica permite reconhecer que as atuais políticas educacionais resultam de um longo processo de transformação social, no qual a luta pela educação feminina desempenhou papel significativo na construção de uma educação mais democrática e inclusiva.

3. O JORNAL DAS SENHORAS (1852-1855) E A IMPRENSA FEMININA BRASILEIRA NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Fundado em 1º de janeiro de 1852, no Rio de Janeiro, o *Jornal das Senhoras (1852-1855)* foi criado por Joana Paula Manso de Noronha com o objetivo de ampliar a participação feminina nos debates culturais e educacionais da época. Depois de certo tempo, o mesmo foi passado para outras mulheres da época.

No primeiro ano foi redatora Joana Paula Manso de Noronha. Ainda em 1852, Joana Paula deixou a editoria do periódico para Violante Atabalipa Ximenes Bivar e Velasco, viúva de João Boaventura. Dona Violante também deixou o jornal, assim como Joana, por motivos pessoais e financeiros. Dona Gervásia Neves foi a última redatora –ficou na direção do periódico de 1853 a 1855 (LIMA, 2012, p. 398).

Embora abordasse temas como literatura, moda, artes e teatro, o periódico destacava-se por discutir questões relacionadas à educação das mulheres e à necessidade de sua valorização intelectual. De acordo com Muzart (2003), a publicação representou um marco na imprensa feminina brasileira por proporcionar às mulheres um espaço de expressão até então inexistente.

Além de promover reflexões sobre o papel feminino na sociedade, o jornal estimulava suas leitoras a desenvolverem senso crítico e autonomia intelectual. Essa postura diferenciava-se significativamente das publicações tradicionais do período, que geralmente reforçam estereótipos de gênero.

Conforme observam Reis e Thome (2018), o periódico estabelecia um diálogo constante com suas leitoras, incentivando a troca de ideias e a construção de uma consciência coletiva acerca das desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

Segundo Gonçalves (2014) as edições eram publicadas semanalmente, aos domingos, pela Typografia Parisiense, e o jornal também permitia a publicação de textos sem identificação de

autoria. Para ter acesso ao Jornal das Senhoras (1852-1855), as suas leitoras tinham que ter uma assinatura trimestral que custava 3\$000 réis na Corte e 4\$000 réis nas províncias, com pagamento antecipado, sendo contabilizados por trimestres nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

Na seção A Dama das Camélias, por exemplo, as leitoras eram encorajadas a realizar a leitura enquanto desenvolviam atividades de casa, estabelecendo uma relação entre o acesso à leitura e as tarefas domésticas. Além das discussões relacionadas à educação e à condição feminina, o periódico apresentava conteúdos sobre os cuidados com a casa e os filhos, moda, belas-artes, teatro e crítica. No primeiro exemplar do Jornal das Senhoras (1852-1855), publicado em 1º de janeiro de 1852, a fundadora Joana Manso apresentou a proposta do periódico de contribuir para a transformação da condição social e para a emancipação moral das mulheres. Nesse sentido, a publicação defendia a educação feminina como um direito e evidenciava a necessidade de ampliar as possibilidades de formação das mulheres, mas também o conteúdo do periódico revela a permanência de expectativas relacionadas aos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres.

A educação ocupava posição central nas discussões promovidas pelo Jornal das Senhoras (1852-1855). Para suas idealizadoras, o acesso das mulheres à instrução representava muito mais do que a aquisição de conhecimentos escolares: constituía um instrumento de emancipação intelectual, desenvolvimento da autonomia e ampliação da participação feminina na vida social. Em um contexto marcado por profundas desigualdades de gênero, defender a educação das mulheres significava questionar estruturas sociais que limitavam sua atuação à esfera doméstica.

Os textos publicados pelo periódico sustentavam que homens e mulheres possuíam igual capacidade intelectual e, portanto, deveriam ter acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Essa concepção confrontava diretamente os padrões educacionais vigentes no século XIX, que reservavam às mulheres uma formação restrita aos deveres familiares. Ao reivindicar uma educação mais ampla, voltada ao desenvolvimento do pensamento crítico e da participação social, o *Jornal das Senhoras (1852-1855)* antecipava debates que, posteriormente, passariam a integrar as discussões sobre igualdade de direitos e democratização da educação.

Ao incentivar a leitura, a escrita, o acesso à cultura e a valorização do conhecimento, o periódico contribuiu para fortalecer uma identidade feminina mais autônoma e consciente de seus direitos. Sob essa perspectiva, a educação era compreendida como condição essencial para que as mulheres participassem ativamente da construção da sociedade, ampliando suas possibilidades de atuação nos campos cultural, intelectual e político.

A reflexão proposta pelo periódico dialoga com autores que compreendem a educação como instrumento de transformação social. Para Freire (2021), educar significa desenvolver a capacidade crítica dos sujeitos para que possam compreender a realidade e atuar na sua transformação. Da mesma forma, Saviani (2013) destaca que a educação escolar desempenha papel fundamental na democratização do conhecimento historicamente produzido, possibilitando maior participação dos indivíduos na vida social. Essas concepções, permitem compreender que a valorização da educação feminina defendida pelo *Jornal das Senhoras (1852-1855)* ultrapassava os interesses individuais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforça essa compreensão ao estabelecer que a educação deve promover a formação integral dos estudantes, fundamentada no respeito aos direitos humanos, na valorização da diversidade e na construção da cidadania. Embora elaborada em um contexto histórico muito posterior ao do *Jornal das Senhoras* (1852-1855), seus princípios apresentam aproximações com os ideais defendidos pelo periódico, especialmente no que se refere à valorização da educação como instrumento de desenvolvimento humano, equidade e inclusão social.

Nesse sentido, o *Jornal das Senhoras* (1852-1855) pode ser compreendido como um importante antecedente histórico das discussões sobre igualdade de oportunidades educacionais. Ao defender a instrução feminina em um período de forte exclusão social, o periódico contribuiu para ampliar os debates acerca do direito à educação e da participação das mulheres na vida pública, oferecendo elementos que permanecem relevantes para a reflexão sobre os desafios da educação brasileira contemporânea.

4. DA EDUCAÇÃO FEMININA ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS

As discussões promovidas pelo *Jornal das Senhoras* (1852-1855) no século XIX ultrapassam seu contexto histórico ao evidenciarem a educação como elemento fundamental para a emancipação intelectual e para a participação das mulheres na vida social. Embora o periódico tenha sido publicado em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de gênero, suas reivindicações encontram correspondências em princípios que, atualmente, orientam a educação brasileira por meio da legislação

educacional e das políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, estabelecendo-a como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Esses princípios são reafirmados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece, em seu artigo 2º, que a educação deve promover o desenvolvimento integral do educando preparando-o para o exercício da cidadania e para sua participação na sociedade.

Nesse contexto, observa-se que as reivindicações presentes no *Jornal das Senhoras* (1852-1855) antecipavam discussões atualmente consolidadas na legislação educacional brasileira. Ao defender o acesso das mulheres à instrução, o periódico questionava a exclusão feminina dos espaços de produção do conhecimento e afirmava que a educação deveria constituir um direito acessível a todos, independentemente do gênero. Ainda que produzidas em realidades históricas distintas, essas ideias aproximam-se do princípio da igualdade de oportunidades que fundamenta a educação contemporânea.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforça essa perspectiva ao estabelecer que a escola deve promover uma formação integral, comprometida com o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, éticas e emocionais. Entre suas Competências Gerais, destacam-se o respeito aos direitos humanos, a valorização da diversidade, o combate às diferentes formas de discriminação e a construção de uma sociedade democrática, justa

e inclusiva. Embora a BNCC não trate especificamente da educação feminina, seus princípios dialogam com a defesa da equidade e da igualdade de direitos, valores já presentes nos discursos publicados pelo *Jornal das Senhoras (1852-1855)*.

Sob uma perspectiva pedagógica, Paulo Freire (1996) compreende a educação como uma prática de liberdade e um importante instrumento de transformação social, ao reconhecer o sujeito como participante ativo na construção do conhecimento e da própria realidade. Para o educador, o acesso ao conhecimento possibilita aos sujeitos desenvolver consciência crítica sobre sua realidade, tornando-os capazes de participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa. Embora separados por mais de um século, os ideais defendidos por Freire aproximam-se das reivindicações presentes no *Jornal das Senhoras (1852-1855)*, especialmente no entendimento de que a educação constitui condição indispensável para a emancipação humana.

Na mesma direção, Saviani (2013) destaca que a educação escolar possui papel essencial na democratização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Segundo o autor, garantir o acesso ao saber sistematizado representa condição fundamental para a efetivação da cidadania e para a redução das desigualdades sociais. Essa concepção reforça a importância histórica da defesa da instrução feminina realizada pelo *Jornal das Senhoras (1852-1855)*, que compreendia a educação como meio de ampliar a participação das mulheres na vida intelectual e social.

Libâneo (2017), por sua vez, enfatiza que a escola contemporânea deve promover uma educação comprometida com a formação crítica, ética e democrática dos estudantes, preparando-os para

compreender e transformar a realidade em que vivem. Sob essa perspectiva, conhecer a trajetória da educação feminina contribui para que futuros pedagogos compreendam os processos históricos que influenciaram a construção das políticas educacionais brasileiras e reconheçam a importância da escola como espaço de promoção da igualdade, da inclusão e do respeito às diferenças.

Assim, observa-se que as discussões iniciadas pelo *Jornal das Senhoras* (1852-1855) permanecem relevantes para a compreensão da educação brasileira contemporânea. A valorização da educação feminina defendida pelo periódico constitui um importante antecedente histórico das atuais políticas voltadas à democratização do ensino, à igualdade de oportunidades e à formação cidadã, evidenciando que a luta pelo acesso ao conhecimento continua sendo um elenco fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO

A análise das edições do *Jornal das Senhoras* (1852-1855) evidenciou que a educação feminina ocupava posição central entre os temas abordados pelo periódico, aparecendo associada à valorização intelectual das mulheres, ao acesso ao conhecimento, à participação na vida pública e ao desenvolvimento da autonomia. Embora também tratasse de literatura, artes, moda e acontecimentos culturais, o jornal utilizava esses espaços como instrumentos para estimular a reflexão crítica e ampliar o debate sobre o papel da mulher na sociedade brasileira no século XIX.

Os resultados demonstram que o periódico questionava concepções amplamente difundidas no período imperial, segundo as quais a

mulher deveria restringir sua atuação ao ambiente doméstico. Ao defender que homens e mulheres possuem igual capacidade intelectual, o *Jornal das Senhoras* (1852-1855) atribuía à educação um papel essencial na construção da autonomia feminina e na ampliação das possibilidades de participação social. Essa perspectiva representava uma ruptura significativa com os modelos educacionais vigentes, que limitavam a escolarização das mulheres à formação moral e às atividades consideradas próprias da vida familiar.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa foi o incentivo ao protagonismo feminino na produção cultural e intelectual. Ao abrir espaço para a publicação de textos escritos por mulheres e estimular o exercício da leitura, da escrita e da argumentação, o periódico contribuiu para ampliar sua presença no espaço de produção do conhecimento. Nesse sentido, o *Jornal das Senhoras* (1852-1855) exerceu importante função educativa ao favorecer a circulação de ideias, fortalecer a identidade feminina e incentivar a participação das mulheres nos debates sociais de seu tempo.

A análise também evidencia que o periódico desempenhou papel significativo na formação de uma consciência crítica acerca das desigualdades de gênero presentes na sociedade imperial. Ao problematizar as limitações impostas à educação feminina, seus textos demonstraram que a exclusão das mulheres dos espaços escolares e intelectuais não decorria de incapacidade, mas de construções sociais e culturais historicamente consolidadas. Essa compreensão aproxima-se das reflexões de Saffioti (1987) e Beauvoir (1980), que evidenciam o caráter histórico das desigualdades entre homens e mulheres.

Sob a perspectiva da História da Educação, os resultados permitem compreender que as discussões promovidas pelo Jornal das Senhoras (1852-1855) dialogam com princípios que atualmente orientam a educação brasileira. Embora produzido em um contexto histórico distinto, o periódico defendia valores que hoje se aproximam do direito à educação, da valorização da cidadania e da igualdade de oportunidades presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Esse diálogo evidencia que a ampliação do acesso ao conhecimento constitui um processo histórico construído ao longo do tempo e resultado das lutas por uma educação mais democrática e inclusiva.

Nessa perspectiva, as contribuições do Jornal das Senhoras (1852-1855) ultrapassam sua importância como marco da imprensa feminina brasileira. O periódico representa um importante antecedente histórico das discussões sobre a democratização da educação, ao defender a formação intelectual das mulheres como condição para o exercício da cidadania e para sua participação na vida social. Esse entendimento aproxima-se das concepções de Paulo Freire (2021), que compreende a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social, e de Saviani (2013), ao reconhecer a escola como espaço de socialização do conhecimento historicamente produzido.

Dessa forma, os resultados da pesquisa demonstram que a valorização da educação feminina promovida pelo Jornal das Senhoras (1852-1855) permanece relevante para a compreensão dos desafios da educação brasileira contemporânea. Conhecer essa trajetória histórica contribui para fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a equidade, a valorização da diversidade, o

respeito aos direitos humanos e a promoção da igualdade de oportunidades, princípios que orientam a educação brasileira na atualidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições do *Jornal das Senhoras* (1852-1855) para a valorização da educação feminina no século XIX e compreender de que forma seus ideais dialogam com os princípios que orientam a educação brasileira contemporânea. A análise histórica permitiu evidenciar que, em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, políticas e educacionais, o periódico constituiu um importante espaço de defesa na instrução feminina, da valorização do conhecimento e da ampliação da participação das mulheres na vida intelectual e social.

Os resultados demonstraram que o *Jornal das Senhoras* (1852-1855) desempenhou papel relevante ao questionar concepções que restringiam a educação das mulheres ao ambiente doméstico, defendendo a escolarização como instrumento de emancipação intelectual, desenvolvimento da autonomia e exercício da cidadania. Ao estimular a leitura, a produção escrita e o pensamento crítico, o periódico contribuiu para ampliar o debate sobre o direito das mulheres à educação, tornando-se um importante marco na História da Educação brasileira.

A pesquisa também permitiu estabelecer aproximações entre as discussões promovidas pelo periódico e os princípios presentes nas políticas educacionais brasileiras contemporâneas. Embora inserido em contexto históricos distintos, os ideais de valorização da educação, igualdade de oportunidades, formação cidadã e

participação social presentes no Jornal das Senhoras (1852-1855) dialogam com os fundamentos expressos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), que reconhecem a educação como direito de todos e elemento essencial para a construção de uma sociedade democrática.

Sob a perspectiva da Pedagogia, compreender a trajetória da educação feminina no Brasil contribui para ampliar a reflexão sobre os desafios ainda presentes na promoção da equidade, da inclusão e do respeito à diversidade no ambiente escolar. Conhecer esse percurso histórico fortalece a formação de educadores comprometidos com uma prática pedagógica crítica, democrática e fundamentada nos direitos humanos, reconhecendo que a construção de uma educação mais justa resulta de um longo processo histórico de lutas pela ampliação do acesso ao conhecimento.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para fortalecer as pesquisas em História da Educação e incentive novas investigações acerca da participação da imprensa feminina na construção do pensamento educacional brasileiro. Ao evidenciar a relevância histórica do Jornal das Senhoras (1852-1855), reafirma-se a importância de compreender o passado como elemento fundamental para a reflexão sobre os desafios e as possibilidades da educação contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

CABRAL, Eugênia Melo. Primeiras histórias: o surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil. **BOCC**, 2008.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2019.

FERREIRA, Lúcia. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. **Revista Fênix**, Uberlândia, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 63. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONÇALVES, Guilherme Domingues. **Moda e emancipação feminina: um estudo do Jornal das Senhoras – Rio de Janeiro, 1852**. 2014. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LIMA, Joelma Varão. **O Jornal das Senhoras, um projeto pedagógico: mulher, educação, maternidade e corpo** (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). Projeto História, São Paulo, n. 45, p. 397-403, dez. 2012.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres do século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Florianópolis: Edusc, 2005.

PORTELA, Ludmila Noeme Santos. **A educação feminina no Espírito Santo do século XIX**. Revista Ágora, Vitória, n. 25, p. 98-108, 2017.

REIS, Marco Aurélio; THOME, Claudia Albuquerque. Jornal das Senhoras (1852-1855): a interatividade no primeiro jornal feminino editado no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 1, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

¹ Graduanda em Pedagogia – Faceli E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Graduanda em Pedagogia – Faceli. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Doutora em Educação – UFES. Professora adjunta do Curso de Pedagogia – Faceli. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Doutora em Educação – UNESA. Professora adjunta do Curso de Pedagogia – Faceli. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)